

ARRUDA NEGREIROS COMO HAUSSMANN DA BAIXADA? CITRICULTURA E ESTRUTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU (1930/36)Lúcia Helena Pereira da Silva¹**RESUMO**

O município de Nova Iguaçu ocupou o que atualmente denomina-se Baixada Fluminense, isto é, seu território compreendia Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti; tinha sua sede na cidade de Nova Iguaçu, antiga Maxambomba, estação da Central do Brasil. Entre as décadas de 1920 e 1940 o município foi o maior produtor de laranja do estado do Rio de Janeiro tendo por grupo dominante os citricultores, esse grupo iria investir na modernização da estrutura urbana elegendo duas Praças como cenário de poder e palco de atuação de uma pequena reforma urbana, realizada pelo interventor. O Prefeito pode ser visto como agente catalisador de uma ideia de modernidade, cujos ícones foram a urbanização das Praças da área central do distrito-sede e a construção do hospital. Para entender o que significou a renovação urbana ocorrida na gestão do interventor Sebastião Arruda Negreiros (1930/1936) em um município eminentemente rural é necessário articular o ideário de modernização e progresso do grupo citricultor à política local, à dinâmica de ocupação que ocorria no município e à (nova) relação que estava sendo estabelecida, a partir de uma imagem, com a capital federal, em função de sua proximidade geográfica. É análise deste processo, mais especificamente, a própria renovação urbana, a partir do Jornal Correio da Lavoura e de documentos oficiais o objetivo deste texto.

Palavras-chave: Reforma Urbana; Baixada Fluminense; modernização.

ABSTRACT

The municipality of Nova Iguaçu occupied what today is called Rio de Janeiro' lowlands; its territory included Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti; it had its headquarters in the city of Nova Iguaçu, old Maxambomba, station of the railroad Central do Brazil. Between the decades of 1920 and 1940, the city was the largest orange producer in the state of Rio

¹ Docente do Curso de História e do PPGDT/UFRRJ.

de Janeiro, with the dominant citriculture group. This group would go to invest in the modernization of the urban structure, with two squares as power scenario and performance of a small urban reform, held by the intervenor. The Mayor can be seen as a catalyst of an idea of modernity, whose icons were the urbanization of the squares of the central area of the district headquarters and the construction of the hospital. To understand what the urban renewal that took place in the management of the intervenor Sebastiao Arruda Negreiros (1930/1936) meant in a predominantly rural municipality, it is necessary to articulate the ideals of progress and modernization of the orange producer group to the local policy, the dynamics of occupation that took place in the municipality and the (new) relationship that was being established, from an image, with the federal capital due to its geographical proximity. The analysis of this process is, more specifically, the urban renewal itself, from the Newspaper Correio da Lavoura and official documents, the purpose of this paper.

KEYWORDS: Urban Reform; Baixada Fluminense region; Modernization.

INTRODUÇÃO

Sebastião Arruda Negreiros foi prefeito do município de Nova Iguaçu entre 19 de dezembro de 1930 e 25 de maio de 1936. Além deste mandato ocupou ainda mais duas vezes o cargo através do voto, mas a primeira vez foi alçado ao posto por indicação do governador do estado, como interventor. Sua primeira gestão foi marcada pela riqueza da citricultura e pela Revolução de Trinta no cenário político.

O município de Iguassu² era territorialmente o que hoje se denomina de Baixada Fluminense, ou seja, ocupava os atuais municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti; tinha a sua sede na cidade de Nova Iguaçu, antigo povoado de Maxambomba, estação da ferrovia Central do Brasil.

² O uso da antiga grafia deve-se ao entendimento que Iguassu não é Nova Iguaçu. Iguassu era o antigo município que correspondia a Grande Iguaçu, a atual Baixada Fluminense. O termo corresponde a uma episteme. Sobre a discussão acerca do significado das palavras e sua relação com as coisas, ver Machado (2006).



Fig. 1- Mapa do município de Nova Iguaçu em 1930. Fonte: Rio Janeiro, 1935, p. 114.

Entre as décadas de 1920 e 40, o município foi o maior produtor de laranja do estado do Rio de Janeiro, inclusive respondendo por 37% da renda do estado em 1934 (PANTOJA, 1992, p. 13). Essa riqueza consolidou um grupo social no executivo municipal, permitindo que o distrito-sede, a antiga Maxambomba, passasse por grandes transformações urbanas nos anos de 1930. A partir da década de 1910, o município começaria a se sobressair com a pomicultura e o distrito-sede seria o palco onde os grupos dominantes locais poderiam apresentar o que a citricultura representava para o município e para o governo fluminense, já que a recuperação econômica desejada pelo Estado no Pós 30 era protagonizado, no estado do Rio de Janeiro, por Iguassu, à medida que a laranja era item de grande arrecadação estadual e sua produção era vista como fruto da modernização dos modos de cultivo e beneficiamento do produto, o que potencializava novas condições de vida e o almejado progresso, devendo ser materializado em escolas, saneamento, abastecimento de água, iluminação pública e postos de saúde.

Para o que cabe aqui, esse grupo iria investir fortemente na modernização da estrutura urbana elegendo duas Praças como cenário de poder e palco de atuação de uma pequena reforma urbana, realizada pelo interventor, não como um Haussmann na Baixada, mas como agente catalisador de uma ideia de modernidade, cujos ícones

foram a urbanização das Praças da área central do distrito-sede (a cidade de Nova Iguaçu) e a construção do hospital. É análise deste processo o objetivo deste texto.

NOVA IGUAÇU NA DÉCADA DE 1930

Para entender o que significou a renovação urbana ocorrida na gestão de Arruda Negreiros, em um município eminentemente rural, é necessário articular o ideário de modernização e progresso do grupo citricultor à política local, à dinâmica de ocupação que ocorria no município e à (nova) relação que estava sendo estabelecida, a partir de uma imagem, com a capital federal, em função de sua proximidade geográfica.

Desde os tempos da Grande Iguaçu, a região esteve ligada à cidade do Rio de Janeiro, mesmo quando política-administrativamente tornara-se município de Iguassu (em 1833/36), entretanto, segundo Soares (1962), no final do século XIX, essa ligação seria cortada em função do recrudescimento das doenças endêmicas existentes no local.

O fim do século iria, porém, assistir a uma profunda modificação nessas relações, decorrentes do estabelecimento das ligações ferroviárias com o interior e do crescente desinteresse da metrópole pela baixada que, abandonada aos seus próprios e poucos recursos e privada, pela abolição da escravidão, da mão de obra que lhe permitia, ainda subsistir como zona agrícola, iria entrar numa decadência profunda (...) A metrópole passou a ver na baixada uma ameaça às suas portas. O saneamento veio recolocar o recôncavo à disposição da metrópole, cuja progressão retomou a sua direção natural e histórica, possibilitando a reintegração dessa região à área da região metropolitana do grande Rio de Janeiro (SOARES, 1962, p. 177 grifo meu).

Desta forma, segundo Soares (1962), a relação do município com a cidade do Rio pode ser contada resumidamente da seguinte forma: até 1833 a região fazia parte do Termo da cidade do Rio de Janeiro e estava integrada economicamente à urbe. Entre 1833 e 1870, assumiria uma posição secundária na economia regional, entrando em decadência depois da Abolição, ocorrendo inclusive um vazio populacional em função das doenças endêmicas. Somente depois do saneamento da Baixada, na década de

1940, o município voltaria a ser integrado à cidade, mas de forma subalterna, como periferia.

A gestão de Arruda Negreiros correspondeu ao momento áureo da produção da laranja, de crescimento econômico, de aumento populacional e de melhoria das condições sanitárias na região (visto que foi coetânea da Segunda Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, 1933-36), tendo autonomia em relação à cidade do Rio, pois somente uma parte do território do município estava sendo ocupado urbanamente.

No distrito sede, a antiga Maxambomba, o parcelamento das terras verificado no início do século XX não potencializou a expansão urbana como no Distrito de Meriti, pois, com exceção de Nilópolis (São Mateus, Engenheiro Neiva), o que ocorreu foi a consolidação da citricultura, propiciando o desenvolvimento rural voltado para a produção e exportação de laranja, ao contrário do que acontecia nas franjas da capital federal, à medida que o distrito de Meriti (que mais tarde transformar-se-ia em Duque de Caxias), desde o início do século XX, depois da Reforma Passos, passou a atrair grande contingente populacional, incrementando o tênue processo de urbanização.

Os habitantes de Meriti chegaram seguindo a estrada de ferro Leopoldina que já potencializara a ocupação dos subúrbios cariocas em suas margens. Apesar das doenças endêmicas e das áreas alagadiças, a população de baixa renda passava a ser atraída pelos loteamentos sem infraestrutura. O processo de expansão da malha urbana no distrito iguaçuano se fez à custa do dessecamento parcial das terras alagadas com o parcelamento das terras para execução dos loteamentos de baixo custo. Desta forma, Caxias, Nilópolis e São João de Meriti integravam-se à metrópole como "cidades dormitórios" enquanto o restante do município era eminentemente rural.

O grande município, durante a gestão de Arruda Negreiros, convivia com duas dinâmicas de ocupação: nas franjas, principalmente no 8º Distrito (D. Caxias), intenso processo de ocupação urbana desordenada, enquanto o distrito de Nova Iguaçu experimentava o apogeu da citricultura, onde o grupo político local investiu massivamente na estrutura urbana da sede municipal, ao mesmo tempo em que os demais distritos pouco ou nada via desses recursos. Aliás, este foi o argumento utilizado para a emancipação de Duque de Caxias em 1943.

Nos limites do município com o Distrito Federal, seguindo as linhas férreas (Central do Brasil, Leopoldina, Rio d'Ouro e Auxiliar), a ocupação urbana acontecia de forma acelerada, enquanto no restante do município aumentava-se o cultivo da laranja. A citricultura configurava-se como uma barreira à ocupação urbana. Esta só ocorreria com o declínio da pomicultura, no final da década de 1940.

Com essas duas dinâmicas de ocupação, politicamente, dois grupos disputavam internamente o poder municipal com a hegemonia dos citricultores em detrimento do grupo de Caxias, este último formado por profissionais liberais e comerciantes do distrito. Quatro nomes dominaram a cena política local nas décadas de 1930 e 40: no âmbito local, Sebastião Arruda Negreiros como interventor municipal de 1930 a 1936, Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti (“o homem da capa preta”, representante de Caxias), ambos atuando na câmara municipal até 37; e Amaral Peixoto, interventor estadual de 37 a 45.

Sebastião Arruda Negreiros nasceu em Piracicaba, em 1884, formou-se em direito, assumindo o posto de subdelegado no distrito de Pavuna (São João de Meriti), pouco se sabe da sua história, apenas que era correligionário de Manoel Reis. Reis, político de prestígio, foi deputado federal em diversos mandatos³ e prefeito de Iguassu quando ocorreu a mudança do nome da sede do município, de Maxambomba para Nova Iguaçu, em 1916. A rede política de Reis incluía Raul Veiga, fiel a Nilo Peçanha, nos anos 10 e 20, e Getúlio Vargas, nos anos 30. Foi por sugestão de Reis que o governador Plínio Casado nomeou Arruda Negreiros para a prefeitura de Iguassu, em 1930. (Correio da Lavoura de 22/3/33).

Ao longo da década de 1920, o jogo político municipal esteve nas mãos da fração dominada da classe dominante estadual, isto é, dos grupos que defendiam os interesses dos proprietários de terras, agrários por excelência, mas não necessariamente cafeicultores ou açucareiros, mas que garantiam, ao estado, lugar no pacto oligárquico de âmbito nacional. Em Iguaçu, nos anos 20, dois partidos se enfrentavam nas eleições: o Partido Municipal, que tinha apoio do governo federal (Arthur Bernardes e depois W. Luís) e o Partido Republicano, que tinha apoio do governo estadual (Nilo Peçanha). Apesar do grupo liderado por Nilo Peçanha ter

³ Foi deputado federal em várias ocasiões, inclusive ocupando a mesa da câmara duas vezes: em 12/13 junto com Raul Veiga e em 34/35. BRASIL, 1983, p. 335 e seg.

montado e controlasse a máquina estadual, inclusive intervindo no município por ocasião da criação da Prefeitura, as disputas nacionais (Reação Republicana) permitiram que o grupo perfilado ao governo federal ocupasse o executivo municipal por toda a década de 20.

Para o que cabe aqui, é importante salientar que a Revolução de 30 permitiu novos arranjos no grupo dominante local, ao introduzir pessoas (grupos) que antes não participavam da política local, ainda que majoritariamente fossem os proprietários locais, agora citricultores, as principais lideranças. Arruda Negreiros, mesmo não sendo proprietário, foi indicação de Manoel Reis porque representava os interesses do grupo. Se havia divisão interna no grupo dominante era entre os proprietários que pertenciam às famílias tradicionais do século XIX e que se identificavam espacialmente com a velha Vila de Iguazu, e os citricultores, a maioria estabelecendo-se no distrito sede no início do século XX e passando a ocupar a política local no final da década de 20. (DIAS, 2012)

Além do jogo político local, havia o estadual. Esse período correspondeu à disputa entre Macedo Soares e Amaral Peixoto, cuja ascensão também representou a integração de uma parte dos políticos de Iguassu, vide Mário Pinotti na pasta da Saúde durante o Estado Novo (PANTOJA, 1992). Nova Iguazu, nos anos 30, representava um importante elemento no jogo político estadual, ainda que a cidade de Campos fosse hegemônica.

Arruda Negreiros assumiu a prefeitura com a incumbência de garantir a manutenção da classe dominante no controle político do município, sem as duas antigas legendas partidárias (Municipal e Republicana), além de dar visibilidade ao ideário dos pomicultores que internamente eram maioria e já exerciam liderança dentro do grupo, e assegurar a pequena inserção de outros grupos políticos (aqueles vindo da franja urbana do município). Os citricultores eram identificados espacialmente ao Distrito-sede. Ao longo dos anos 30, o grupo dominante foi unificado sob a égide do prefeito interventor dando também visibilidade aos opositores, cuja referência espacial era os distritos que estavam em acelerado processo de ocupação urbana, mas sem urbanização. Assim, grosso modo, havia dentro do município três grupos com força política que o prefeito deveria contemplar: os antigos proprietários de terras, os citricultores e os comerciantes/moradores das franjas urbanas.

Em 1932, o município estava dividido em nove distritos: Bonfim (atual Arcádia, em Miguel Pereira), Caxias, Estrela (Saracuruna-Imbariê), J. Bulhões (Cava), Nilópolis, Nova Iguaçu (distrito sede), Pilar (Xerém), Queimados e S. João de Meriti. Administrativamente, a prefeitura contava com uma pequena estrutura burocrática para administrar demandas diferentes do grande município e ainda tinha que prepará-lo para as Comemorações do Centenário (de criação do município) que se realizariam em 1933.

Arruda Negreiros não era de família tradicional, também não era citricultor e sua base política era em São João de Meriti, distrito em acelerado processo de ocupação urbana. Ao ser nomeado, enfrentou a oposição do grupo representado por Getúlio de Moura, membro da classe dominante local que apoiava os interesses dos citricultores. Este grupo também estava dividido, pois em seu interior estavam também as famílias dos antigos proprietários de terras que dominaram politicamente o município durante todo o século XIX. Como prefeito, Arruda assumiu as principais demandas do grupo viabilizando sua gestão por cinco anos, tornando-se político de grande projeção no município, ainda assim, não foi eleito em 1936, perdendo a eleição para Ricardo Xavier da Silveira, representante dos citricultores, do grupo do Getúlio de Moura.

Nos cinco anos à frente da prefeitura, tornou-se referência de gestão para um município que tinha mais de 1.500 Km² (6º município em extensão do estado), cortado por quatro linhas férreas, com uma população que saiu de 33.963 em 1920 para 140.606 em 1940, destes, quase 40 mil viviam em São João de Meriti, apesar de 60% de seu território ter sido ocupado pelo cultivo da laranja. Esta produção garantia arrecadação do estado (em nível municipal e estadual), riqueza aos seus proprietários e poder político (local). Arruda Negreiros é nome de ruas em quase todos os municípios da Baixada justamente pela capacidade de articular politicamente as diversas demandas do grupo dominante local. Não foi à toa que voltou ao executivo municipal em duas ocasiões, não por São João de Meriti, que se emancipara em 1943, junto com D. Caxias (separando-se depois de Caxias, em 1947), mas por Nova Iguaçu.

Foi ao longo de sua gestão que a pequena estrutura urbana do distrito sede, às margens da Central do Brasil, foi objeto de grandes intervenções. Essa renovação imprimiu ao centro uma dinâmica de ocupação que hoje se revela como grande problema, visto que todos os equipamentos e serviços estão concentrados, ainda

herdeiros da reforma de Arruda Negreiros, atraindo inclusive a população de maior poder aquisitivo para o “Outro Lado”⁴.

A RENOVAÇÃO URBANA DE ARRUDA NEGREIROS

O distrito sede, a cidade de Nova Iguaçu, em 1930 tinha praticamente a mesma estrutura urbana do início do século XX, e, segundo a deliberação 144 de 1924, a sua zona urbana constituía-se a partir da estação ferroviária. A zona urbana estendia-se, a partir da estação, por 2 km em direção a Mesquita (direção Rio de Janeiro) e 1 km em direção a Morro Agudo, atual Comendador Soares (direção São Paulo), de um lado da via férrea por toda a extensão da estrada que levava ao atual bairro da Posse e Cava no limite da ponte do rio Botas; e do Outro Lado pela rua do Vai e Vem (atual Héclio Chambarelli), subindo a serra no limite da Caixa d’Água, (OLIVEIRA JÚNIOR,1926).

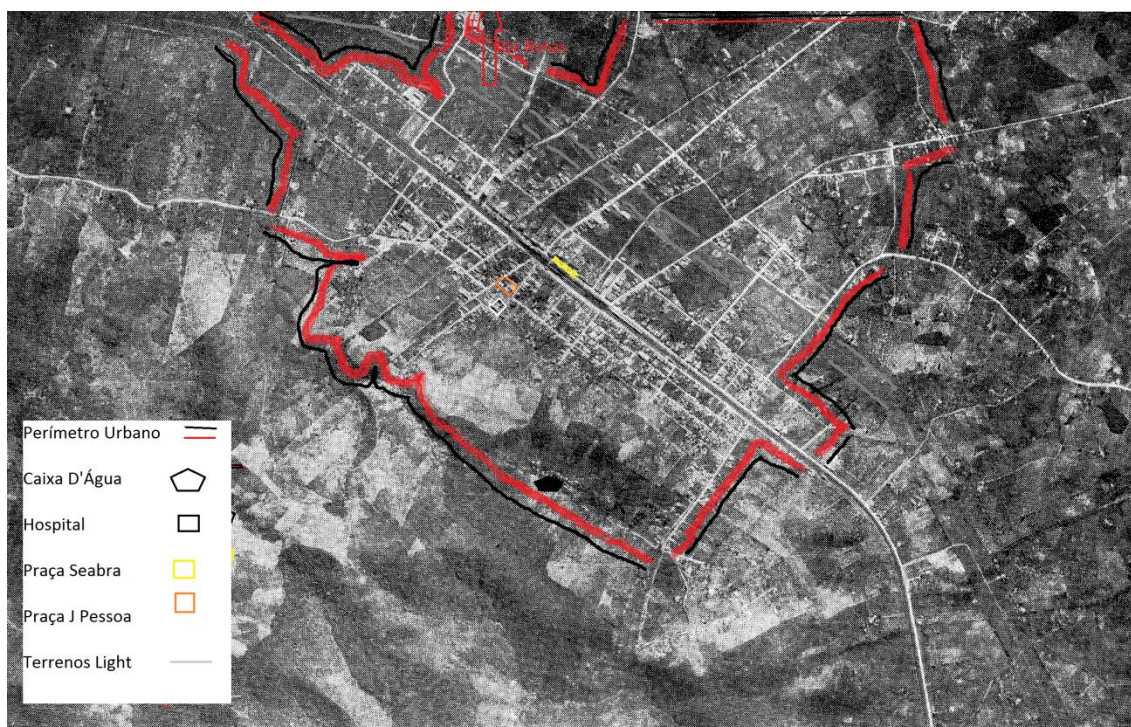


Fig. 2- Mapa da zona urbana de Nova Iguaçu em 1925. Fonte: Oliveira Júnior, 1926.

A pequena zona urbana do distrito-sede ganharia novas feições nos anos de 1930, momento em que Citricultura estava no auge e o prefeito-interventor dirigia-se somente ao governador, também interventor. Um dos primeiros atos do governo

⁴ Outro Lado é a denominação da região central que fica do lado esquerdo da linha férrea, onde se concentra a população mais rica do município. A população mais pobre a denominou apenas de o “outro lado”. Sobre este tema ver Simões (2011).

Arruda Negreiros foi encampar a construção do hospital, organizando efetivamente a sua subscrição, viabilizando a constituição da Associação de Caridade Hospitalar de Iguassu, mantenedora que construiria e gerenciaria o hospital, garantindo por meio da campanha, segundo Dias (2012), a diminuição da tensão política que sua gestão representava entre os grupos locais, já que parte dos citricultores apoiava Getúlio de Moura.

Em torno da construção do Hospital, a classe dominante local se uniu, aprofundando secundariamente apoio ao interventor. A construção do Hospital de Iguassu foi fruto da capacidade política do interventor municipal em catalisar o imaginário de modernidade dos citricultores, que, entre outras coisas, defendia a construção de uma moderna sociedade rural e via a filantropia como instrumento do progresso.

A construção do Hospital era uma demanda do grupo desde os anos de 1920, e, mesmo sendo capitaneado pela associação dos fruticultores, não conseguia dar a organicidade que o interventor rapidamente viabilizou. A construção levou todo o período da gestão de Arruda Negreiros e, neste ínterim, as outras obras foram realizadas, dando à cidade uma nova feição.

A pedra fundamental do Hospital foi lançada em 21 de junho de 1931, com a presença do presidente Getúlio Vargas, mas o que deve ser ressaltado é a forma de como a Comitativa Presidencial chegou ao município. Vinda de carro, passou por todas as novas estradas construídas ou reurbanizadas por Arruda Negreiros, inclusive inaugurando a rua que levaria o seu nome (a antiga França Soares) do “Outro Lado”.

Getúlio Vargas esteve três vezes no município nos anos de 1930 e 40. A primeira foi de trem, por ocasião da Revolução de 30, quando em sua passagem para o Rio fez uma pequena parada na estação, com direito a discurso. A segunda foi em 31 quando inaugurou ruas, praças, *packing houses* e lançou a pedra fundamental do Hospital; e a terceira por ocasião da inauguração da colônia agrícola de São Bento, em Duque de Caxias, em função do saneamento da Baixada em 1938.

Arruda Negreiros soube, através de um amplo programa de obras, modernizar a estrutura urbana do distrito-sede assim como construir uma rede viária dentro do município permitindo a ligação de várias localidades à cidade, tornando-a de fato em um pequeno centro urbano “moderno” de uma hinterlândia rural. Soares (1962)

afirma que essa especificidade tornou Nova Iguaçu diferente dos demais centros suburbanos quando a região foi incorporada como periferia à metrópole, depois do fim da citricultura.

Integrada funcionalmente e espacialmente na metrópole carioca, Nova Iguaçu se distingue de outros subúrbios periféricos do Rio de Janeiro, como Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti **por conservar personalidade própria. Esta lhe é conferida por seu passado urbano e pela permanência de sua função de centro de relações para ampla zona rural** (SOARES, 1962, p. 197 grifo meu).

Nova Iguaçu era uma cidade com algumas ruas em torno da estação. Da estação saíam as principais estradas que a ligariam às localidades de Mesquita, Nilópolis, Morro Agudo, Belford Roxo, Cabuçu, Duque de Caxias e Cava. A linha férrea cortava o centro em dois e em cada lado tinha uma praça. De um lado ficava a Prefeitura, a Câmara e a catedral, além da praça Ministro Seabra; e do “Outro Lado” algumas secretarias municipais, a Caixa D’ água, o Fórum (com a cadeia), a praça João Pessoa e o hospital. A expansão urbana deu-se a partir da estação em todas as direções, mas isto ocorreu somente depois do fim da citricultura, já que o centro possuía dois obstáculos à expansão: o terreno da Light (a atual via Light, por onde passa a rede de alta tensão) e as inúmeras chácaras de cultivo de laranja.

A renovação da estrutura da cidade em um município eminentemente rural, com vários obstáculos ao crescimento urbano, deu-se principalmente porque o tema “melhoramento urbano” tornou-se questão corrente para o grupo dominante local, foi encampando pela classe dominante e objeto de atuação do prefeito. O relatório do governador interventor Ary Parreiras de 1934 ao presidente da República informava sinteticamente a atuação de Arruda Negreiros em Nova Iguaçu.

Construção e reconstrução de estradas de rodagens ligando os centros agrícolas à Sede e à capital federal; construção de várias pontes, bueiros e pontilhões, serviços gerais de saneamento; reforma da rede de distribuição de água da cidade; calçamento e prolongamento de ruas; ajardinamento e iluminação de praças; construção de rede de esgoto em diversas ruas; construção de monumento alusivo ao 1o centenário do município; edificação de um hospital, em colaboração com particulares; reforma do serviço de abastecimento de água e inauguração da iluminação

elétrica de Queimados remodelação das ruas e construção do cemitério em Nilópolis; instalação de iluminação pública em São João de Meriti e Caxias; instalação de dois chafarizes públicos em São João de Meriti; revisão do contrato do município com a Cia Matadouro Modelo, reorganização dos serviços internos da prefeitura e outros serviços. (RIO DE JANEIRO, 1935, p. 112 e 113).

Objetivamente, o prefeito urbanizou 14 rodovias (estradas) vicinais. As principais foram: Anchieta–Nova Iguaçu (até o entroncamento da estrada de Madureira), estrada paralela à via férrea, do lado esquerdo, ligando o município à capital federal, passando por Mesquita e Nilópolis; Madureira–Cabuçu é a continuação dessa estrada, que passando do centro, se bifurca nas estradas Nova Iguaçu–Austin (passando por Morro Agudo) e Madureira–Cabuçu, deixando de acompanhar a linha do trem; esta última, importante pelo escoamento da laranja, inclusive daquele que vinha de Campo Grande, Bangu e Santa Cruz (bairros da cidade do Rio de Janeiro) para as *packing houses* iguaçuanas. Este trajeto dentro do município era completado com a Cabuçu–Ipiranga também continuação da estrada anterior, chegando à antiga Rio–São Paulo. As três estradas circundam o maciço de Gericinó e ligam o município à cidade do Rio em dois pontos diferentes, em Anchieta e em Campo Grande, resolvendo o problema de escoamento das laranjas no lado esquerdo da linha férrea. No lado direito, a estrada Plínio Casado (era antiga estrada Maxombomba–Jacutinga–Brejo) ligando Nova Iguaçu a Belford Roxo, e a estrada Nova Iguaçu–Cava, passando pelos atuais bairros de Santa Rita e Posse, praticamente resolvia o escoamento do lado direito. Além destas estradas, foram urbanizadas as seguintes vias: a São Bento, que ligava Belford Roxo a Caxias; a que ligava Caxias a São João de Meriti, e a de São João até Nilópolis, interligando as principais localidades do município.

As principais estradas utilizadas pelo escoamento da laranja foram urbanizadas com a colocação de sistema de drenagem e construção de pontes, ainda que fossem recobertas de areia ou saibro. Com os barracões de beneficiamento (*packing houses*) das laranjas próximo ao centro, grupos heterogêneos utilizavam a pequena estrutura urbana, reforçando a centralidade das quatro ruas e das duas praças próximas à estação do distrito-sede.

A Praça Ministro Seabra ficava na rua da via férrea, onde hoje é a Praça da Liberdade, em frente da estação. A praça foi aumentada, ajardinada e ganhou iluminação elétrica, além de bancos. No centro foi colocado o obelisco comemorativo do Centenário de fundação do município. Era em torno dela que “a cidade pulsava”, pois era o local onde se concentravam os bares, restaurantes, o bilhar e o Cine Verde, único cinema da cidade. Era também a principal zona comercial da cidade. A população trabalhadora que vivia da laranja utilizava aquela região como centro de compras, pois havia mercados (armazéns), sapatarias/chapelarias, farmácias, açougues, casas de tecidos e alfaiatarias, padaria, oficinas mecânicas e os poucos consultórios médicos. O entorno da praça contava com 267 estabelecimentos comerciais e também era lugar de baldeação, passagem obrigatória da estação do trem para as diversas localidades do município.

Por essas estradas chegavam também, os lavradores que aí vinham tratar dos seus interesses e todos os outros moradores dessa zona rural povoada e progressista, que na pequena cidade se vinham aprovisionar em gêneros, fazer compras, cumprir os seus deveres religiosos, educar seus filhos e divertir-se. Com isso, cada vez mais Nova Iguaçu via crescer a área e o número de pessoas a que servia, ampliando a sua função de centro de relações. A cidade passou a existir, predominantemente, para servir o campo e era este, por sua vez, que vivificava a cidade. (SOARES, 1962, p. 56)

A Praça Ministro Seabra acolhia uma população heterogênea, pois não só a classe dominante a frequentava, utilizando-a privilegiadamente do cinema, dos bares, da leiteria, do bilhar e dos restaurantes; a população rural, segundo Soares (1962), também a frequentava para comprar gêneros alimentícios e outras mercadorias, aproveitando também para outros serviços, como corte de cabelo ou mesmo resolver assuntos na prefeitura, fazendo dos bares e botequins pousos temporários (de alimentação, descanso e pontos de conversa) enquanto estavam na sede do município. A Praça João Pessoa iria ter outra função.



Fig. 03 Praça Ministro Seabra. Fonte: Rio de Janeiro, 1935, p. 249.

A praça João Pessoa hoje não existe. Ficava no final da atual rua Getúlio Vargas, do “Outro Lado”, na mesma calçada onde se localizavam o hospital e o fórum. De forma quadrangular, totalmente gramada, teve tratamento paisagístico, com árvores e colocação de plantas ornamentais, que o jornal *Correio da Lavoura* se referia como de “perfis acentuados e geométricos” (CL 15/01/33). Era a região que começava a ser escolhida pelos citricultores para moradia, não só a Praça, mas a rua do hospital e do fórum. A rua tinha mudado de nome por ocasião do lançamento da pedra fundamental do hospital, com direito a missa campal realizada na praça. Esses eventos começariam a dar maior visibilidade ao local.

Se a Seabra era mais popular e abrigava as modernidades como cinema e o posto de gasolina, a João Pessoa passava a ser utilizada como símbolo de um grupo, os citricultores. O fórum abrigava também a cadeia e a agência dos correios; e em torno da Praça ficavam também várias repartições públicas municipais. Os pomicultores que viviam no município tinham suas residências próximas da praça. Era o maior espaço livre do centro, mas pouco frequentada, já que somente os moradores locais a utilizavam. A praça recém-urbanizada era utilizada para eventos políticos.

Outro fator garantiu a diferenciação do local em relação ao restante do centro, o sistema de abastecimento de água e a rede de esgoto foram introduzidos no entorno da Praça durante a gestão de Arruda Negreiros. A rede de Abastecimento de água do município vinha da capital da federal; era final de linha de um sistema que começava no próprio município com a Rio d Ouro⁵. A região da Praça e adjacências não recebia água do sistema Rio d'Ouro, que era final de linha, mas do Rio Cachoeira, cujo reservatório ficava na Caixa D'água, próximo da rua Getúlio Vargas. Na prática, não faltava água aos moradores daquela região, pois a captação era feita localmente.

A urbanização das principais estradas do município e das principais ruas do distrito-sede, a construção do Hospital, da rede de água e esgoto do “Outro Lado”, a revisão de contratos de várias concessionárias como a do matadouro municipal (matadouro Modelo de Nilópolis) e a da Light, melhorando o fornecimento e a distribuição de carne e energia na sede do município, além da reurbanização das duas praças do centro de Nova Iguaçu garantiram a Arruda Negreiros a imagem de “bom gestor” e de “prefeito trabalhador”. Esse sucesso deveu-se aos recursos advindos da citricultura, na medida em que o município arrecadava dois réis por quilo da laranja exportada, devendo privilegiadamente aplicar em estradas (CL de 22/03/32), ainda assim, o prefeito utilizou em outras obras.

A área central do distrito-sede ganhou novas feições com a pavimentação (de saibro batido) das atuais ruas Getúlio Vargas e Bernardino de Melo (a rua que margeia a via férrea do Outro lado, na extensão de 3 Km), as atuais Nilo Peçanha e Marechal Floriano (rua que margeia a via férrea), além da urbanização das duas praças. Em torno das ruas e das praças, várias edificações foram construídas e novos eventos passaram ocorrer com maior frequência, tais como os festejos do centenário, os comícios políticos, as missas campais, o carnaval ou “prova da cucarachas” (corrida de automóvel).

A literatura produzida sobre aquele momento⁶ nos dá conta de uma cidade que fervilhava, difícil de acreditar se comparada com as imagens da época. Por ora, apenas

5 Antes do Sistema Guandu, a cidade do Rio e parte de sua atual região metropolitana recebia água do sistema Rio D'Ouro. Assim como Guandu, a captação das águas do Rio D'Ouro ficava em Nova Iguaçu.

6 Machado Filho, 1953; Machado Filho, 1970; Carvalho, 1987.

se deve ressaltar o imaginário de modernidade que o grupo dominante compartilhava e fazia da cidade o seu espelho.



Figura 4 - Vista do centro de Nova Iguaçu em 1940. Imagem extraída de GemultiBaixada.blogspot.com.br

ARRUDA NEGREIROS COMO UM HAUSSMANN DA BAIXADA?

Não. A provocação tinha o objetivo de entender como a sociedade, especificamente o grupo dominante, leu a renovação urbana realizada pelo prefeito interventor durante a sua gestão. O jornal *Correio da Lavoura*, semanário que circulava no distrito-sede, era a voz dos citricultores, acompanhava as transformações na estrutura urbana e como veículo do ideário do grupo interpretou, buscando referências para dar sentido e significado às mudanças ocorridas.

No caso da renovação urbana, não havia referências ao Haussmann, e nem poderia ter, já que o sentido da reforma foi o de dotar a cidade de infraestrutura para a exportação da laranja; mas um personagem começou a aparecer em suas páginas e ser sutilmente relacionado ao prefeito: Francisco Pereira Passos. O periódico foi buscar privilegiadamente no prefeito do Rio (e em Paulo de Frontin, menos) a imagem de gestor que daria inteligibilidade à atuação de Arruda Negreiros em Nova Iguaçu. Interessante que a associação foi feita em apenas um aspecto, já que não houve bota-

abaixo e todas as obras foram realizadas pela prefeitura, com a anuência do governo do estado.

Resumidamente, “reconhecendo suas qualidades indiscutíveis de administrador” (PMCNI, 2003, p. 41), Arruda Negreiros tornou-se o modelo de gestor e foi incorporado aos personagens históricos do município, tal como Comendador Soares no século XIX. Seu governo notabilizou-se pelo conjunto de obras realizado entre 1930 e 36, que, ao fim e ao cabo, serviu às demandas dos citricultores. As estradas vicinais permitiram maior e melhor escoamento das laranjas para a estação da ferrovia da Central do Brasil, de onde seriam exportadas; o centro urbano urbanizado passaria a ser utilizado por toda a população rural como lugar de comércio, e de uso variado dos pomicultores, ratificando a centralidade da cidade na região.

No centro, as transformações ocorridas na pequena estrutura urbana garantiram a constituição de um cenário de poder para os citricultores, cuja materialidade corresponderia (ao imaginário de) uma moderna sociedade rural, sob a batuta de um novo Pereira Passos. Não para eliminar o passado colonial, afinal Maxambomba não tinha esse passado, já que antes da República era apenas um povoado onde se localizava a estação de trem, mas para ser o futuro, enquanto possibilidade de modelo de progresso e modernidade de uma sociedade rural.

Modernidade para os citricultores de Iguassu estava no campo perfumado dos laranjais. Vasta plantação utilizando numerosa mão de obra espalhada em pequenas e médias propriedades cujo beneficiamento era feito em zona urbana (Nova Iguaçu, Morro Agudo, Austin e Cabuçu preferencialmente) nos barracões (*parking houses*) que chegavam a empregar 100 pessoas. Para além dos barracões, havia toda uma estrutura produtiva (fábrica de caixas, pregos e papel seda) que faziam da cidade e das povoações uma rede indispensável à pomicultura, tendo o símbolo maior a cidade de Nova Iguaçu.

A estrutura reurbanizada ratificava o que a dinâmica econômica já havia consolidado espacialmente: de um lado da via férrea o uso de toda a população, estabelecendo a Praça Seabra como lugar de tensão e convívio entre as classes, ao mesmo tempo em que confirmava o “Outro Lado” como espaço privilegiado dos citricultores. Seguindo os passos do “Hausmann tropical”, o “Pereira Passos da Baixada”, segundo o Correio da Lavoura, em uma “santa cruzada” (de pelo menos uma

década, CL 23/10/19) concretizou os anseios de um grupo, ao trazer ao primeiro plano o debate sobre a urbanização do pequeno centro.

A urbanização foi encampada pelo jornal como parte de um projeto de intervenção no espaço que potencializaria um novo modo de vida, aliando ruralidade com urbanidade, já que esse ideário se assentava nos valores da citricultura. Todo o perímetro urbano do distrito-sede (4 ruas e 2 praças) foi remodelado para ser suporte desse novo modo de vida que tinha no trem e na estrutura urbana a sua base. A associação que o periódico fez de Arruda Negreiros a Pereira Passos se deu justamente pela capacidade empreendedora do prefeito de, em um curto espaço de tempo, colocar em prática todas as demandas da elite local. Com o recurso advindo da exportação da laranja ele “varreu a cidade” e tornou Nova Iguaçu a “Califórnia brasileira”

12.125 casas, quase todas edificadas nos moldes modernos”, era cortado por grandes ferrovias, rodovias e exibia boas estradas de rodagem, iluminação em todos os seus 9 distritos, boa lavoura, indústria e comércio prósperos. Suas terras são fertilíssimas e dúcteis a qualquer espécie de cultura. Exportação, em grande escala. A citricultura, nele, é um fato. **Iguassú é a Califórnia Brasileira.** (PMNI, 1935, s/p, grifo meu)

A associação do jornal não era injustificada, pois, se a construção da cidade maravilhosa passou pela gestão de Pereira Passos, a da Califórnia passaria por Arruda Negreiros. Em 1936, a citricultura estava em expansão e a ideia de um “porvir deslumbrante” para região era certeza. O jornal, ao buscar em Passos o modelo para comparar o prefeito, o fez para ressaltar a dimensão administrativa e não para discutir as ideias urbanísticas que foram acionadas na reforma da capital federal, mas, ao fazer isto, criou uma nova demanda ao grupo dominante local. Como modernos não poderia faltar à cidade dos citricultores um plano diretor!

A convocação de nomes como Pereira Passos e Paulo de Frontin pelo jornal para dar inteligibilidade às transformações na zona urbana de Nova Iguaçu elevou a discussão a um novo patamar, criando uma nova necessidade, mas essa, para ser satisfeita, teria de esperar o Estado Novo e o Departamento das Municipalidades.

Faltam pesquisas para conhecer como algumas ideias urbanísticas circularam em Nova Iguaçu naquele período e o que de fato era acionado tecnicamente nas

intervenções, mas preliminarmente pode-se dizer que o jornal e os citricultores tinham um projeto de modernização da estrutura urbana e esse passava também por um modelo de sociedade rural e uma ideia de progresso. Souberam, em nome desse ideário, utilizar os argumentos disponíveis, daí a convocação seletiva de uma memória de Pereira Passos, trinta anos depois. O “Pereira Passos da Baixada” ajudou a criar a demanda de um plano diretor, mas este como disse, teria que esperar o Estado Novo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Mesas da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- CARVALHO, I. B. Saudades de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro/Nova Iguaçu: Folha Carioca, 1987.
- DIAS, A. Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Niterói: UFF, 2012 (Tese em Educação).
- FORTE, J. M. M. Memória da Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1933
- MACHADO, R. Foucault: ciência e saber, 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MACHADO FILHO, D. D. A. A Sombra dos Laranjais. Rio de Janeiro: editor Borsoi, 1953.
- MACHADO FILHO, D. D. A. O que restou dos laranjais em flor. Rio de Janeiro: Gráfica Castro, 1970.
- PMNI (Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu). De Nova Iguassu a Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: PMNI, 2003
- PMNI (Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu). Boletim Municipal de 31/03/1935. Nova Iguaçu: PMNI, 1935.
- OLIVEIRA JÚNIOR, D. L. Legislação sobre os Municípios, Comarcas, e Distritos. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1926.
- PANTOJA, S. As raízes do Pessedismo Fluminense: a política do interventor 1937-45. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.
- RIO DE JANEIRO. Relatório da Interventoria do Rio de Janeiro ao Exmo. Sr. Presidente da República, período de 1931 a 1934. Niterói: Off. Graph. do Diário Oficial, 1935.
- SIMÕES, M. R. Ambiente e Sociedade na baixada Fluminense. Mesquita: ed Entorno, 2011.
- SOARES, M. T. S. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro *in* Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 24, No 2, abril-junho de 1962.

Recebido em 01 de junho de 2017.

Aceito em 28 de junho de 2017.